

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

MORADIA E HABITAÇÃO EM TERESINA: uma cidade planejada para alguns

HOME AND HOUSING IN TERESINA: a city planned to some people

Eula da Conceição Carvalho¹
Carlos Rerisson Rocha da Costa²

RESUMO

O trabalho buscou analisar a maneira como a questão da moradia e da habitação tem sido tratada na cidade de Teresina, evidenciando a luta por moradia e o papel fundamental do Movimento sem-teto, apresentando sua atuação. Destaca-se o atual apagão de políticas públicas voltadas para essas questões. A partir das análises realizadas, observa-se que não se trata de um problema recente, mas que está presente desde a constituição de Teresina, sendo agravado com o tempo, principalmente por nunca ter sido apresentado como algo central nos planos urbanos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Teresina.

Palavras-chave: Habitação; Moradia; Movimento sem-teto.

ABSTRACT

The work sought to analyze the way in which the issue of home and housing has been dealt with in the city of Teresina, highlighting the struggle for home and the fundamental role of the Homeless Movement, presenting its actions. The current blackout of public policies aimed at these issues stands out. From the analyzes carried out, it is observed that this is not a recent problem, but that it has been presented since the constitution of Teresina, being worsened over time, mainly because it was never presented as something central in the urban plans developed by the City Hall of Teresina.

Keywords: Housing; Home; Homeless Movement.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – PPGPP/UFPI.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira desde os primórdios é revestida de desigualdade e exclusão, as quais só se acentuam ao longo dos anos, principalmente por falta de políticas públicas voltadas para as pessoas mais pobres da sociedade. Segundo Santos (2018) a urbanização brasileira tem início em meados do século XVIII, mas só se efetivou e se intensificou a partir do século XX, quando, a partir da metade do século, se expande o processo de modernização do território, com amplos investimentos em infraestruturas que possibilitam efetivar nas décadas seguintes a integração do território, alterando a produção e o consumo, impulsionando fortemente a urbanização do país.

É a partir do período “desenvolvimentista”, com Juscelino Kubitschek na Presidência da República (1956-1961), que o Estado intensifica esse processo, com a construção de diversas rodovias, ferrovias e investimentos na geração de energia e comunicação (Oliveira, 1982). Isso contribuiu para a multiplicação das cidades e a concentração da urbanização em grandes metrópoles que iam se constituindo, em parte ligadas à expansão da indústria, em parte ligadas à difusão do consumo que se expandia com a proeminência do setor terciário (Santos, 2012, 2018).

Ao longo desse processo de modernização do território, ocorreram inúmeros avanços e transformações no espaço urbano brasileiro, bem como o agravamento da questão habitacional, como falta ou precarização de moradias, insuficiência em infraestrutura básica, como fornecimento de água e energia, saneamento básico, pavimentação de ruas, acesso à saúde, educação, lazer, etc., e principalmente o acesso à terra urbana, a qual tem se tornado cada vez mais inacessível para uma grande parcela da população.

Na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, a situação não é contrária ao cenário nacional. A cidade foi constituída e planejada capital em 1852, diante da necessidade de um novo polo comercial e administrativo no estado. Em meados dos anos de 1950, vivencia um rápido crescimento populacional, processo decorrente dos fluxos migratórios de pessoas do interior do Piauí e dos estados do Maranhão e Ceará (Lima; Lopes; Façanha, 2017).

Esse fluxo migratório ocorre devido à falta de perspectivas de uma vida com qualidade nas áreas mais interioranas do Piauí e estados vizinhos, os quais vislumbravam, em Teresina, uma esperança na ascensão econômica. Segundo Nascimento (2002) a cidade já possuía algumas estruturas que eram voltadas para o modelo de vida urbana, tais como avenidas,

pontes, polos comerciais, etc., estruturas desenvolvidas, principalmente, após a década de 1930, com a implantação do Estado Novo, movimento que impulsionou a modernização das cidades e seus espaços urbanos.

A chegada intensa de pessoas à capital do Piauí também revelou diversos problemas da cidade. A questão da habitação em Teresina não é algo novo, se reproduzindo desde sua fundação. Aqueles que chegavam à capital planejada se deparavam com uma realidade dura, cruel e excludente. Muitos dos recém-chegados em Teresina não possuíam dinheiro para comprar casas ou terrenos, então começam a ocupar algumas áreas da cidade e construir casebres de palhas como moradia, mas essas ações despertam a classe mais abastada, financeiramente, a qual cobra medidas para uma “higienização” de determinados espaços.

Conforme Nascimento (2002) a “higienização” se estabeleceu por meio da expulsão da população mais pobre para as bordas da cidade ou áreas com menos infraestruturas urbanas. Houve registros de grandes incêndios de casas que tinham como matéria-prima de suas construções a palha, o que levou à criação de uma lei que proibia a construção de casas de palha no perímetro urbano de Teresina, fazendo com que as famílias mais pobres se afastassem do centro da cidade, bem como não tivessem acesso aos seus serviços.

Nesse cenário se sucedem maiores ações e organizações dos movimentos sociais urbanos em Teresina, principalmente através dos sem-teto, e é por meio desses que a cidade emerge em lutas por melhores condições de habitações, pelo direito de morar com dignidade e ter acesso a serviços básicos. A partir das lutas do movimento sem-teto, Teresina, adquire nova configuração do seu espaço urbano, o que só vem se intensificando nos últimos anos, pois, mesmo com algumas ações por parte do Estado para “solucionar” a questão da habitação, essas foram insuficientes, visto que não foram políticas públicas que tinham como prioridade a real resolução da problemática e a efetiva inclusão da população mais carente nessas ações (Rolnik, 2015).

Diante disso nosso trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre a questão da moradia e da habitação na cidade de Teresina, pois trata-se de um problema pulsante na capital piauiense, mas que após a virada do século XXI não tem tido tanta visibilidade. Como metodologia foi adotado o caráter qualitativo, haja vista que se trata de uma abordagem que procura explicar a origem de um determinado fenômeno, bem como suas relações e mudanças, e por meio dessa análise identificar suas consequências (TRIVIÑOS, 2012). Utilizou-se o método dialético de interpretação, pois compreendemos que tal acontecimento não se dá de maneira

isolada, mas que parte de um conjunto de influências, tanto políticas, culturais e sociais. O desenvolvimento do trabalho se deu a partir de pesquisa bibliografia, com a leitura de diversos autores, como Corrêa (2003), Santos (2008, 2018) e Silva (2016), que tratam sobre a urbanização no Brasil; Façanha (1998, 2003), Dias (2005) e Nascimento (2002), que abordam sobre a urbanização na cidade de Teresina; além de Lima (1996), Silva (2015) e Viana (1999), que discutem sobre o movimento sem-teto e as políticas públicas de moradia e habitação em Teresina.

2 OS IMPASSES DA MORADIA E HABITAÇÃO EM TERESINA

2.1 BREVE CONTEXTO NACIONAL

O território brasileiro nos primórdios de seu desenvolvimento, segundo Santos (2018), era majoritariamente agrícola, cenário que começa a mudar a partir do século XVIII, quando as cidades passam a sediar a casa de fazendeiros e senhores de engenhos, bem como as relações comerciais. Entretanto, a urbanização só atinge um grau mais elevado no século XX.

No final do século XIX e início do XX, a população brasileira residente nas cidades atinge números consideráveis, esses polos urbanos se tornam pontos de atração de pessoas advindas do campo. Anterior a isso o que temos são apenas cidades sendo construídas, de acordo com Santos (2018, p. 22) “Tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes [...]”.

Segundo Santos e Silveira (2021) e Becker e Egler (1994), o Brasil se apresentava como um grande arquipélago, o qual não possuía integração no seu território, formando assim espécies de polos, que trabalhavam consoante a lógica do mundo exterior, mas no que se referem às relações internas, essas eram insuficientes e até mesmo inexistentes. Esse cenário vai mudando de forma lenta, mas progressiva, tendo maiores avanços nas décadas de 1940 e 1950, por meio do processo de industrialização, o qual impulsionou uma integração do território brasileiro a partir da implantação de instrumentos que visavam uma fluidez nas relações entre as cidades do país.

Santos e Silveira (2021) pontuam que esse momento é marcado por ações que buscavam integrar e desenvolver o Brasil, tais como construção de ferrovias, rodovias,

hidrovias, sistemas de comunicações e telecomunicação, energia elétrica, portos, dentre outros. Algumas dessas ações já vinham sendo desenvolvidas na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, mas se intensificam a partir dos anos 1950 (Oliveira, 1982). A partir dessa integração do território, as cidades se revestem de maior fluidez, o que, aliado a outros processos, torna essas áreas atrativas para as pessoas vindas do campo. Segundo Gerab e Rossi (1997) a cidade adquire um sentido de melhoria nas condições de trabalho e renda, além da oferta de serviços como educação e saúde.

Com a intensificação da urbanização nas cidades, vários problemas foram se desenvolvendo, dentre eles a questão da habitação e moradia. Quanto mais o espaço urbano adquire formas e estruturas, mais caro se torna essa parcela de solo, e as pessoas advindas do campo, em sua maioria, não possuíam dinheiro para comprar terrenos e casas, então diante dessa realidade de dificuldades em ter acesso à terra, é que temos os movimentos sociais urbanos, os quais começam a ocupar terrenos que estão ociosos dentro das cidades, fazendo construções improvisadas.

De acordo com Guimarães (2016), a urbanização brasileira divide as cidades em duas, sendo uma legal e a outra ilegal. Do ponto de vista do Estado e de uma parte considerável da sociedade, o espaço urbano tido como legal é aquele que possui planejamento, que detém uma estrutura e é residido por pessoas que possuem capital. Já o espaço urbano ilegal é constituído pelo proletariado, pessoas que possuem baixa renda e até mesmo por aqueles que nada detém, um espaço desenvolvido no bojo de lutas e conflitos.

Corrêa (2003) apresenta que os grupos sociais excluídos, contém uma importância na construção da cidade e na configuração do espaço urbano, a partir de suas lutas e movimentos de resistência por moradia. Esse grupo se articula através de um objetivo em comum, a falta de acesso ao direito de morar e morar com qualidade.

A questão habitacional, no Brasil, não é algo recente, um fato dos séculos XX e XXI. No período colonial já havia dificuldades quanto essa questão. O que houve foi o agravamento da falta de habitação e moradia nas cidades brasileiras, principalmente devido ao rápido processo de urbanização, o qual provocou um inchaço populacional nas cidades e o Estado se mostrou, através de suas políticas públicas de habitação e moradia, como ineficiente em solucionar tal impasse.

No período de 1930, no governo de Getúlio Vargas, são iniciadas as primeiras ações que tinham como foco a questão da moradia, a exemplo o Decreto-Lei 58/1937, o qual normatizava

a venda de lotes de forma parcelada. Em 1946, é criado o primeiro órgão que visava à aquisição de casas para a população de baixa renda, por meio da venda, a Fundação da Casa Popular – FCA; em 1956, a Lei de Favelas, cujo objetivo era dar crédito aos municípios para custear estruturas que dariam melhores condições em moradias. Em 1964, no início da ditadura militar, se deu a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH e do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, e, de acordo com Silva (2016), é a partir desse ano que se têm políticas habitacionais oficiais.

Em 1986, com o Plano Cruzado II, o BNH é extinto, então o Brasil passa por um longo período de recuo das políticas habitacionais, tendo apenas criações de leis, artigos e emendas para realização de ações pontuais, a exemplo a Lei 6.766/79, a qual visava regularizar loteamentos urbanos (Santos; Duarte, 2010). Esse recuo e o avanço de políticas neoliberais na década de 1990 fizeram com que o acesso a moradia por parte da população pobre se tornasse ainda mais restrito, levando a um considerável crescimento no número de ocupações de terras nas cidades do Brasil.

Com a Constituição de 1988, as políticas públicas são descentralizadas e ganham forte atuação de estados e municípios, mas as políticas habitacionais não conseguem obter avanços na descentralização por falta de recursos, tendo assim apenas algumas poucas construções de moradias populares. A questão habitacional, no Brasil, viveu/vive diversos momentos de altos e baixos, pós-década de 1980 e 1990, com a existência de outras políticas e ações voltadas para o enfrentamento da falta de moradia e habitação para pessoas de baixa renda, mas nenhuma conseguiu de fato solucionar essa questão.

Já no século XXI, o Programa Minha Casa Minha Vida se estabelece como política pública federal de habitação, atendendo a diferentes faixas de renda. Apesar dos impactos desse relevante programa, a questão da habitação e da moradia continua pulsante no país, ganhando novas nuances.

2.2 TERESINA: A CAPITAL DA EXCLUSÃO EM MORADIA E HABITAÇÃO

O Piauí, em relação a outros estados brasileiros, apresentou uma urbanização mais “tímida”, devido sua deficiência em questões de modernização do território e oportunidades de trabalho, fazendo do estado uma área de exportação da força de trabalho para cidades como São Paulo, por exemplo. Mas, mesmo diante desse cenário, a capital do estado, Teresina, em

meados de 1950, vivencia um rápido e acelerado crescimento populacional, atraindo pessoas do interior do Piauí, Ceará e Maranhão (Lima; Lopes; Façanha, 2017).

O processo de urbanização de Teresina, segundo Lima (1996) e Façanha (1998), adquire impulso e maior repercussão a partir de 1950, quando ocorre esse aumento populacional e implantação de estruturas na cidade. De acordo com Lima (1996), nas décadas de 1950 e 1960 os investimentos se concentravam na zona sul de Teresina, através das infraestruturas básicas, como instalação de energia elétrica, abastecimento de água, construção de vias, pavimentação de ruas e avenidas.

A urbanização da cidade, principalmente a partir de 1964, segue os parâmetros nacionais de planejamento, alicerçados na política de habitação do BNH, e só elabora seu plano próprio em 1969, o Plano Diretor Local Integrado – PDLI, no mesmo período em que é criada a Companhia de Habitação – COHAB (Façanha, 1998). A urbanização teresinense é assentada na “limpeza” do centro urbano, por meio do afastamento da população mais pobre do perímetro urbano, por meio da construção de casas, as quais eram financiadas pelo Estado, nas bordas da cidade, proporcionando o surgimento de pequenas favelas (Dias, 2005).

Essa política habitacional de financiamento das casas para a parcela mais carente da sociedade teresinense não se sustenta por muitos anos, principalmente porque o objetivo de tal política era articular uma aceitação do regime militar nessa classe social, e não acabar com a desigualdade na questão habitacional. Além dessa característica, os conjuntos habitacionais do BNH trouxeram outro problema para parte das pessoas que participaram dessa política, o endividamento, haja vista que poucos conseguiram pagar as parcelas ao banco.

No período de 1971 a 1975, com Alberto Tavares Silva no governo do Piauí, a cidade de Teresina passa por mudanças significativas na sua estrutura, como a criação do Estádio Albertão, Polo Petroquímico de Teresina, o Hospital de Doenças Infectocontagiosas – HDIC, além do asfaltamento das avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim, essas obras foram frutos do “milagre econômico brasileiro” e deram a capital piauiense características de uma metrópole (Dias, 2005).

Até o ano de 1979, a política habitacional em Teresina era voltada para a “limpeza” do centro urbano, e é nesse cenário que os movimentos sociais urbanos se organizam para lutar pela causa da moradia e habitação. Santana e Rusvel (2021), em uma matéria publicada pela Redação Ocorre Diário, apontam a década de 1980 e 1990 como decisivas para as ocupações. De acordo com Oliveira (1999) os movimentos sociais urbanos, a nível nacional, estadual e

municipal, começaram a ser estruturados em meados de 1970, principalmente por questões habitacionais, diante do cenário de exclusão desse grupo dos benefícios da urbanização.

Segundo Façanha (2003), as ocupações dos anos de 1980 e 1990 foram marcadas pela luta por moradia, cidadania e direito à habitação. Nesse período houve uma intensificação das ocupações em toda a cidade, tendo maior destaque as ocupações da Vila Irmã Dulce, Vila Tancredo Neves, Vila da Paz, Vila Alto da Ressurreição e Vila Risoleta Neves. Esse movimento de ocupação, que foi regido pelos sem-teto de Teresina, mostrou a organização e a força da união dessas pessoas em busca de moradia, habitação e melhores condições de vida nesses espaços. Além disso, o movimento dos sem-teto da capital piauiense ganha ainda mais visibilidade e força com a criação da Federação de Associação de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC e da Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí – FAMEPI.

É a partir da ação do movimento dos sem-teto, que várias áreas de ocupação adquirem estruturas como saneamento básico, distribuição de água e energia elétrica, bem como pavimentação de ruas, além da construção de escolas, postos de saúde, e estabelecimentos comerciais. Segundo Viana (1999), é por meio da articulação dos sem-teto em Teresina, que o Estado e o governo municipal passam a fornecer essas estruturas urbanas básicas e também a realizar a concessão das terras para essa população.

Com a virada do século, o cenário de conflitos por moradia na capital piauiense não cessa, pelo contrário, se intensifica. No final dos anos 1990 e início de 2000, o governo municipal de Teresina, sob a responsabilidade do prefeito Firmino Filho (1997-2000 e 2001-2004), passou a debater a pauta da falta de moradia e habitação em Teresina. Esse momento é marcado por diversas promessas do poder público municipal de solucionar essa questão.

Segundo Lima e Ximenes Neto (2008), a cidade de Teresina estava imersa em problemas e conflitos urbanos, e é nesse contexto que é criado o Plano Municipal de Habitação e o Projeto Vila-Bairro. O Vila-Bairro tinha como objetivo enfrentar as desigualdades econômicas e sociais, esse projeto se caracterizava como uma ação voltada para a melhoria dos assentamentos, os quais tinham estruturas precárias (Teresina, 1997a).

O Plano Municipal de Habitação visava à implantação de um Sistema Municipal de Habitação e era formado por um conjunto de planejamento/projetos destinados para solucionar a questão da moradia. Entre os projetos presentes no Plano Municipal de Habitação, estavam: o Minha Casa; Casa Melhor; Morar Legal; e Lotes Urbanos (Teresina, 1997b).

Apesar dos projetos e planos citados, a problemática de habitação e moradia em Teresina não apresentou resolução. Um dos principais motivos foi a falta de destinação de recursos para executar as obras, além da falta de diálogo com a população que mais necessitava dessas políticas públicas. Lima e Ximenes Neto (2008) apontam que as políticas desenvolvidas no período de 1999 a 2004 só contribuíram para a segregação socioespacial, já que levavam as pessoas de baixa renda para áreas afastadas e sem infraestruturas urbanas, ao tempo que valorizavam imóveis de grandes proprietários fundiários no centro urbano.

Até o início dos anos 2000 o modelo de ocupação permaneceu, através de organizações e áreas bem delineadas, em sua maioria em locais mais próximos das franjas do espaço urbano de Teresina, mas ao longo dos anos do novo século, o que temos é um novo modelo de ocupar. O movimento sem-teto não deixa de atuar na cidade, porém, suas ações são mais pontuais e, muitas vezes, sem grande visibilidade da mídia, que, em sua maioria, marginaliza as ocupações. Segundo Silva (2015, p. 52) os sem-teto “[...] formam um núcleo habitacional mínimo e a partir daí procuram se organizar para combater a ameaça de despejo e buscar regularização para a área [...]”. Conforme a autora, os sem-teto, na atualidade, passam a atuar de maneira mais distante de órgãos/entidades que antes os representavam, mudando assim sua forma de ocupação.

Nesse novo formato, as ocupações, adquirem novas dinâmicas, as quais reconfiguram o espaço urbano de Teresina. Os sem-teto passam a ocupar para dentro da cidade a partir dos anos 2000, o movimento começa a ocupar terrenos próximos das estruturas urbanas, os quais pertencem, em sua maioria, a proprietários fundiários privados, mas se encontram ociosos e são caracterizados como espaços vazios da cidade (Santana; Rusvel, 2021).

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a cidade de Teresina possuía 111 aglomerados subnormais, nomenclatura dada para tratar de áreas que são favelas, vilas e ocupações, esse número correspondia a 34.796 domicílios, representando 16,95% da população. Ainda segundo o IBGE (2010), na capital do estado do Piauí havia mais de 35 mil pessoas que não possuíam moradia e 130.115 pessoas que viviam de forma precária nos aglomerados subnormais.

Santana e Rusvel (2021) realizaram uma entrevista para o jornal eletrônico Ocorre Diário com a promotora Miriam Lago, do Ministério Público do Piauí. Segundo a promotora, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV não foi eficiente para a questão da habitação em Teresina. O projeto era federal, mas cabia aos estados e municípios organizar e articular o

programa, e esse processo não foi transparente. Devido a essa falta de transparência, foi realizada nos anos de 2013 e 2016 uma fiscalização para analisar a distribuição das casas e como estava sendo encaminhada a fixação das parcelas. Segundo a promotora, o PMCMV só acentuou a segregação e a desigualdade socioespacial da cidade.

No ano de 2018 o Programa Minha Casa Minha Vida deixou de existir, então se viveu um apagão nas políticas públicas voltadas para moradia e habitação, tanto no âmbito nacional, estadual e municipal. Em Teresina, na atual gestão do prefeito Doutor Pessoa (2021-2024), muito se prometeu para solucionar a questão da habitação, mas durante o ano de 2022 o que houve foi repressão à população que realizava uma manifestação pacífica em frente à prefeitura, e que buscava ajuda e apoio para não serem despejados (Oliveira, 2022; Meireles, Rodrigues, 2022).

Em 2022, o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Edimilson Ferreira, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH, em entrevista ao jornal Ocorre Diário (2022), admitiu que a cidade de Teresina não possuía um Plano Municipal de Habitação. Santana e Rusvel (2021) em reportagem especial pelos 169 anos de Teresina, ao jornal digital Ocorre Diário, apontam que as ocupações estão por toda cidade, e as pessoas clamam para serem ouvidas e terem suas necessidades básicas atendidas pelas autoridades. De acordo com Costa (2022), nos últimos anos, principalmente com a Covid-19, o número de pessoas em estado de pobreza e miséria cresceu em todo país, e é nesse momento que movimentos sociais se unem para realizar suas reivindicações, incluído aí o direito de morar. Nessa nova forma de ocupar, os sem-teto escancaram a urgência de se tratar sobre a questão da moradia e habitação, numa cidade que tem como característica ter sido planejada, em sua fundação, mas que para esse grupo, no planejamento, eles nunca têm espaço. No entanto, seguem em uma luta, que impulsiona a reconfiguração da cidade, bem como um (re)pensar seu espaço urbano.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto podemos concluir que se faz necessário maiores debates acerca da questão da habitação e da moradia na cidade de Teresina, bem como a criação de políticas públicas voltadas para solucionar tais problemas, o que foi negligenciado durante todo processo de planejamento da capital e continua longe dos planos elaborados pela atual gestão municipal, que nem mesmo possui um plano ou lei voltados para a habitação e moradia.

É fato que a cidade vivencia um apagão no que se refere as políticas públicas habitacionais e de moradia, e que isso afeta os grupos de baixa renda que se veem desamparados pelo Estado na garantia de um direito básico, que inclusive se encontra na Constituição Federal, em seu Art. 6.

Analisar as atuais dinâmicas da questão habitacional, bem como a atuação do movimento sem-teto, em Teresina, é importante no que tange a compreensão da realidade da cidade e de como, por meio da falta de políticas, esse movimento cria e recria a capital piauiense que tanto os excluí.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. ed. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidades e negação ao direito à cidade. In: PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Reforma Urbana e direito à cidade**: Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 37-58.

DIAS, Laécio Barros. Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e a intervenção do estado autoritário. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2015.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: passado, presente e...** Carta CEPRO, Teresina, v. 22, n. 1, jan/jun de 2003, p. 59-69.

GERAB, William J.; ROSSI, Waldemar. **Industrialização e trabalho no Brasil: limites e desafios**. São Paulo: Atual, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **GeoTextos**, v. 12, n. 1, julho de 2016, p. 13-35.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**, v. 11, 2017, p. 31-51.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

LIMA, Antônia Jesuíta de; XIMENES NETO, Edmundo. Movimentos sociais e Governo local no processo de gestão da moradia: o caso do município de Teresina, capital do Piauí. In: VI Congresso Português de Sociologia, **Mundos sociais: saberes e práticas. Anais do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: saberes e práticas**. Universidade Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

MEIRELES, Nayrana; RODRIGUES, Renato. Manifestação termina em pancadaria na prefeitura de Teresina. **GP1 Piauí**. Teresina, 15 de março de 2022. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2022/3/15/manifestacao-termina-em-pancadaria-na-prefeitura-de-teresina-521629.html>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Estudos, Espaços & Debates: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 6, setembro de 1982, p. 36-54.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. **Cadernos de Campo**, n. 6, 1999, p. 9-25.

OLIVEIRA, Gisvaldo. Teresina: prefeito lança Tropa de Choque contra professores em greve e movimento por moradia. **Esquerda Online**. Teresina, 16 de março de 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/03/16/teresina-prefeito-lanca-tropa-de-choque-contra-professores-em-greve-e-movimento-por-moradia/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

OCORRE DIÁRIO. THE: Movimentos sociais apresentam propostas para moradia e Prefeitura admite não possuir Plano Habitacional. **Redação Ocorre Diário**. Teresina, 24 de março de 2022. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/the-movimentos-sociais-apresentam-propostas-para-moradia-e-prefeitura-admite-nao-possuir-plano-habitacional/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, Luan Matheus; RUSVEL, Luan. Teresina tecida pelos sem-teto: 169 anos e 35 mil famílias sem direito à moradia. **Redação Ocorre Diário**. Teresina, 16 de agosto de 2021. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/teresina-tecida-pelos-sem-teto-169-anos-e-35-mil-pessoas-sem-direito-a-moradia/>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia urbana**. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. ed. 5. reimp. 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. ed. 22. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; DUARTE, Sandro Marino. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 18, 2010, p. 1-29.

SILVA, Geysa Victória Costa. **“Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”**: a luta dos moradores e moradoras do Parque da Vitoria pelo direito à moradia. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais e processo de produção da cidade. In: SPOSITO, Eliseu Savério; et al. (Org.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2016, p.169-192.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Projeto Vila-Bairro**. SEMPLAN. Teresina: PMT, 1997a.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Habitação**. SEMHUR. Teresina: PMT, 1997b.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. ed.1. reimpr. 21. São Paulo: Atlas, 2012.

VIANA, Masilene Rocha. **E os “sem-teto” também tecem a cidade**: as ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) – PUC. São Paulo, 1999.